

Brasil 'lava' melhor que Suíça

■ Polícia descobre esquema que envolve quatro bancos e duas empresas de fachada com mais de US\$ 1 bilhão em dinheiro sujo

VASCONCELO QUADROS

SÃO PAULO — A Polícia Federal desvendou um mistério do mercado financeiro e revela — depois de uma investigação de quase três anos — que, mesmo comparado com as facilidades dos paraísos fiscais tradicionais, o Brasil lava melhor e deixa o dinheiro sujo mais limpo que a Suíça. A investigação, encerrada esta semana, resultou no indiciamento de três financistas estrangeiros, mentores de um esquema de engenharia que começou no Panamá, transferiu-se para São Paulo e lá funcionou por quatro anos, através de duas empresas de fachada — A Becket Corporation e a Accent Financial Corporation — cada uma com movimentações suspeitas superiores a US\$ 1 bilhão.

As operações ilegais passaram por contas correntes de estrangeiros não residentes (as CC5) e envolveram títulos da dívida externa brasileira, compra e venda de moeda brasileira e dólar, além de remessas ilegais de dinheiro para o exterior. Quatro bancos internacionais — os americanos Citibank e Chase Manhattan, o inglês Lloyds e o holandês ING Bank, antigo NMB — abrigaram as contas e, conseqüentemente, se envolveram em operações que a polícia aponta como suspeitas.

Fachada — A parte grossa do esquema, segundo a polícia, foi tocada pelas empresas de fachada Becket Corporation e Accent Financial Corporation, abertas no Panamá por inspiração do financista israelense Abraham Djamal, para atuar fisicamente no Brasil como instituições, através do procurador uruguaio Salomão Sapov Kaplan. As duas empresas contavam com o apoio da Incorporadora Paulista Ltda (IPL), da qual é sócio majoritário o empresário italiano do ramo imobiliário Giacomo Picciotto, dono de outras três grandes empresas de São Paulo. Os documentos e informações obtidos pela Polícia Federal mostram que Picciotto não só cedeu parte de seus escritórios para Kaplan, como também pagou traduções de papéis e intermediou contatos bancários. Ele é cunhado de Djamal.

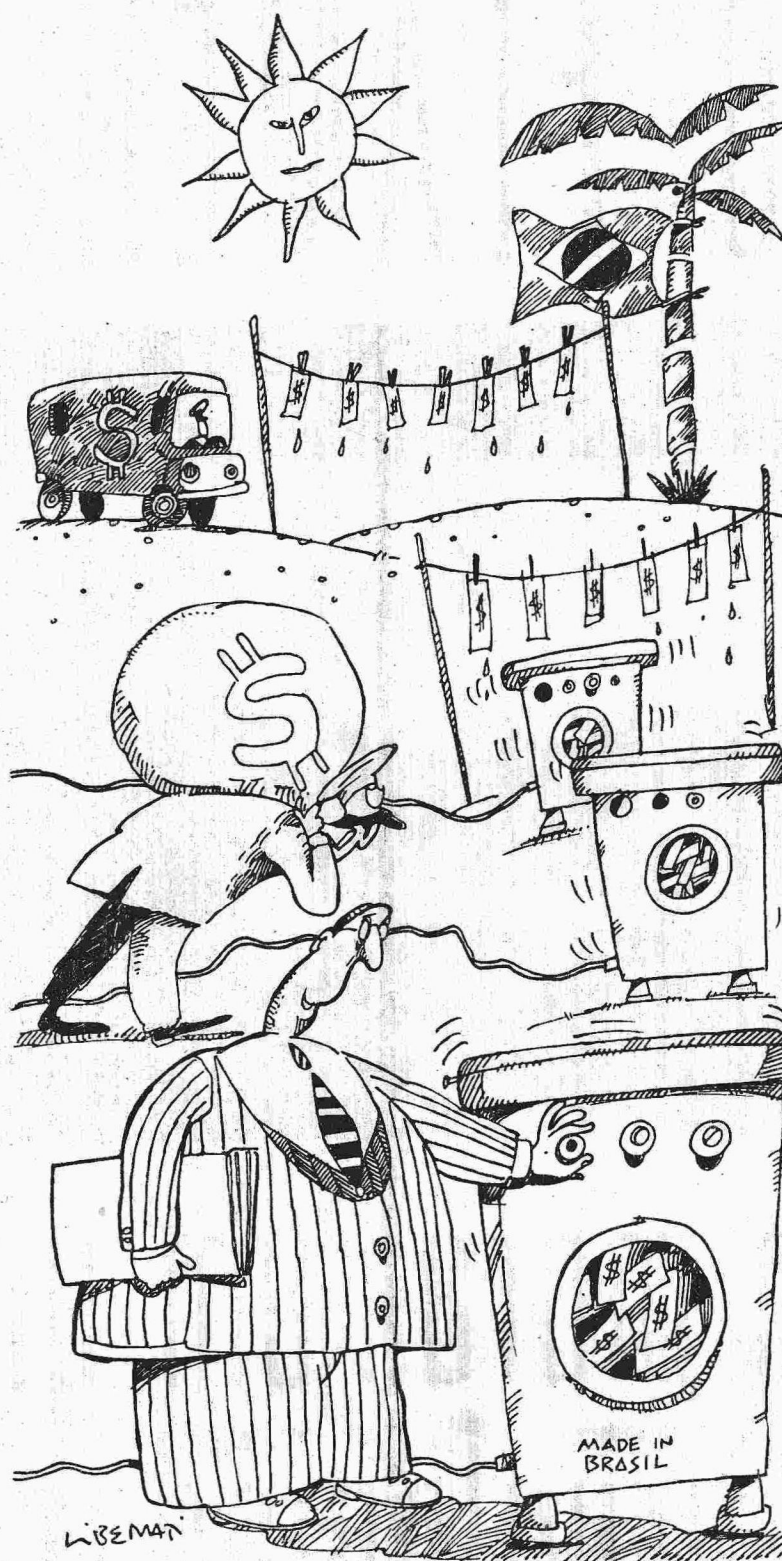
A engenharia teria funcionado direitinho se a polícia, ao interrogar a tradutora paulista Andréa Justino, não tivesse descoberto o endereço de Picciotto, no 17º andar do edifício 64 do Largo São Bento, no centro da capital. "Causou surpresa ver um esquema internacional, com a partici-

pação da chamada elite bancária mundial, numa sofisticada engrenagem financeira, deixar passar tão pequenos detalhes", ironiza o delegado João Carlos Sanchez Abraços, da Polícia Federal, num relatório ao qual o **JORNAL DO BRASIL** teve acesso e que chega esta semana à 10ª Vara Criminal da Justiça Federal em Brasília. Nas declarações da tradutora, a polícia encontrou a pista que levaria à conexão brasileira do esquema e ao indiciamento de Picciotto por sonegação fiscal e por atuação ilegal como instituição financeira.

"O que houve foi um grande mal-entendido. Não tenho nada a ver com as operações do Kaplan", reagiu, nervoso, o empresário Giacomo Picciotto, ao ser procurado pelo JB. Depois, ele admitiu que o procurador da Becket e da Accent usou o escritório da IPL, mas frisou que havia atendido o pedido de um amigo estrangeiro. Mais adiante, reconheceu que a indicação foi de Djamal. "Nunca passou pela minha cabeça que seria coisa ilegal", disse Picciotto, afirmando que foi "uma infelicidade" ter conhecido Kaplan. A polícia diz, no entanto, que a relação do empresário com o esquema não é inocente. Picciotto é acusado de ter realizado operações irregulares de câmbio e ter controlado uma rede de doleiros vinculados à Accent. De seu escritório, eram emitidos cheques e toda a infra-estrutura era usada por Kaplan para agir no mercado financeiro.

Picciotto — Os depoimentos de dois executivos de bancos multinacionais comprometem Picciotto e seus irmãos Adolfo, Rafael e Sasson. Luiz Eduardo Farina, do Lloyd's, diz que tanto a Becket quanto a Accent eram operadas por Kaplan e gerenciadas, também, pela família do empresário. "O grupo Becket era uma ramificação dos Picciotto", afirma o diretor jurídico do Citibank em São Paulo, William Baynard Meissner.

"O Panamá era mera sede fictícia", afirma o delegado Abraços. Segundo ele, a Becket foi a primeira das empresas a ser constituída naquele país. Com um capital inicial de US\$ 10 mil, entrou em 1988 no Brasil, abriu cinco contas CC-5 — duas no Citibank, e as outras três no Lloyd's, Chase Manhattan e ING Bank, em São Paulo — e passou a investir freneticamente na compra de títulos da dívida externa e nos mercados do dólar e de capitais.



Quanto custa uma off-shore

Paraíso fiscal	Custo (em US\$)	Taxa anual (US\$)
Bahamas	737	100
Ilhas Virgens	782	300
Ilhas Cayman	1.500	-
Panamá	782	150
Ilhas de Man	372	300
Libéria	782	150
Luxemburgo	2.235	-
Uruguai	1.500	-
Antilhas Holandesas	500	35

* As off-shore de paraísos fiscais funcionam através das CC5. Sua única despesa é no país de origem, onde a sede é só no papel.

* Os dados fazem parte de levantamento da Polícia Federal